

Carta aberta à comunidade acadêmica da Universidade Federal de Ouro Preto.

Ouro Preto, 16 de outubro de 2020.

Prezados e prezadas,

Como é de conhecimento de todos a conjuntura política que temos vivenciado no Brasil está polarizada e temos acompanhado diversas entidades e órgãos de representação de classe que indicam ataques à democracia brasileira.

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) é uma instituição que não está imune às diversas reverberações políticas que ocorrem em nosso país. Assim como tem ocorrido nas esferas federais, estaduais e municipais, na UFOP as disputas e contradições sociais e políticas estão se acirrando cada vez mais, por isso nós da Comissão de Pesquisa Paritária (CPP) julgamos a pertinência dessa carta aberta para defender a democracia em nossa instituição.

As interferências do Governo na administração das Universidades Federais têm ocorrido frequentemente. Tal fato tem mobilizado discentes, servidores, além de outros setores da sociedade civil para lutar pela manutenção dos processos democráticos nas Instituições de Ensino Superior. A Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), por exemplo, publicou notas e tem defendido a nomeação do candidato mais votado que integra a lista tríplice para o cargo de reitor. Apesar desses esforços, temos ciência de que o Governo Federal tem a prerrogativa de escolher qualquer um dos nomes indicados pela lista tríplice e provavelmente o fará se puder escolher algum candidato que possua alinhamento político, tal como a história recente tem nos mostrado.

Para agravar ainda mais a situação, temos vivido em meio a pandemia causada pelo novo coronavírus, que exigiu uma readequação de nossos comportamentos. Devido a pandemia a consulta paritária para reitor da UFOP atrasou e nos impôs um curto prazo para início, desenvolvimento e conclusão dos trabalhos de um processo (remoto) diferente de todos os outros realizados.

Desde o início das campanhas, a comunidade acadêmica tem recebido comunicações que asseveram questionamentos e denúncias que visam desqualificar a consulta paritária. Fato que no nosso entendimento é um ataque ao processo democrático para a escolha da gestão universitária da UFOP para os anos de 2021 a 2025.

O Regulamento de Pesquisa Paritária para Reitoria foi elaborado e publicado pelas entidades de representação de classe da UFOP, a saber: Diretório Central dos Estudantes da UFOP (DCE-UFOP), Associação de Docentes da UFOP (ADUFOP) e Sindicato dos Servidores Técnico-administrativos da UFOP (ASSUFOP), que são signatárias da consulta paritária. Ressaltamos que a CPP, indicada pelas entidades possui total autonomia para a realização do processo de consulta e tem seguido fidedignamente todas as disposições do Regulamento, seja para homologar as chapas, instituir comissões ou organizar os debates. Portanto, temos atuado de acordo com as

competências estabelecidas pelo Regulamento de forma ética para garantir a lisura do processo. Além disso, a CPP sempre esteve e continuará aberta para sanar quaisquer dúvidas das chapas ou eleitores. Em nenhum momento houve decisões arbitrárias ou que favorecessem qualquer uma das chapas.

A CPP não pode ser responsabilizada por quaisquer que sejam os erros individuais das chapas que se inscreveram para concorrer ao pleito. Os possíveis erros, sejam no ato da inscrição, no desenvolvimento da campanha, no debate, ou em qualquer outra etapa é de responsabilidade única e exclusiva da chapa. A nós compete o cumprimento do Regulamento de Pesquisa Paritária para Reitoria, o que não é excessiva burocracia, mas sobretudo que todas as chapas tenham a garantia das mesmas condições para o pleito, ou seja, a condução de um processo democrático.

A CPP trabalha de forma voluntária e coletiva entre servidores e discentes da UFOP. A consulta paritária é assegurada por comissões de auditoria independentes para verificar todos os seus processos.

Ressaltamos ainda, que o processo democrático concede direitos e impõe deveres aos candidatos e eleitores, seja o direito de dialogar com a comunidade acadêmica ou o dever de conhecer o regulamento e/ou de enviar documentos nos prazos estabelecidos pelo calendário.

Reafirmamos ainda que a CPP não tem interesse de privilegiar qualquer uma das chapas e conta com o apoio de todas elas para o desenvolvimento da consulta paritária, tal como foi afirmado durante o primeiro debate dentre as chapas candidatas, realizado e transmitido pela rede mundial de computadores no dia 15/10/2020.

Dito isso, desejamos que os/a candidatos/a que melhor representam a comunidade acadêmica sejam nomeados/a para o cargo de reitor/a e vice-reitor, por isso trabalhamos arduamente para garantir um processo democrático, legítimo e justo.

Saudações,

Comissão de Pesquisa Paritária.